



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

**Mandato 2017-2021**

**Ata n.º 7/2019**

**Sessão Extraordinária de 21 de Junho de 2019**

Aos vinte e um dias do mês de Junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, na Sala de Reuniões do Edifício Eng.º Duarte Pacheco, em Loulé, deu-se início à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo oitavo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:-----

-----Lista de Presenças:-----

**23 Deputados Municipais do PS-** Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Fernando Pereira Marques, Hermes Luis de Brito Alberto, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Márcio Alexandre Bandeira Fernandes (em substituição de João Luis Calçada Correia), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves), Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Vítor Cristiano da Piedade Ferreira), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), André Teixeira Correia (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);-----

**9 Deputados Municipais do PSD-** Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Sérgia Maria Vicente Coelho Medeiros, Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de S. Salir) e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das Freguesias de Querença/Tôr/ Benafim);-----

1 Deputado Municipal do CDS- António José Mendes Pinto Farrajota;-----

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;-----

Também estiveram presentes o Presidente da Câmara, Vitor Aleixo e os Vereadores, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.-----

Não esteve presente a senhora Vereadora Ana Machado.-----

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:-----

Os Deputados Municipais do PS, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, não tendo o mesmo sido substituído, João Luis Calçada Correia, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Márcio Alexandre Bandeira Fernandes, Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.-----

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, André Teixeira Correia.-----

O Deputado Independente, apresentou justificação de falta.-----

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

-----Ordem de Trabalhos-----

- 1- *Intervenção do Público;*-----
- 2- *Aprovação de Atas;*-----
- 3- *Informação sobre Expediente e Requerimentos;*-----
- 4- *Período de Antes da Ordem do Dia;*-----
- 5- *Moções;*-----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ**

**6- Período da Ordem do Dia;**-----

a)- Proposta 25/2019- Deliberação relativa à Proposta à Assembleia Municipal para que Delibere Designar o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2005, de 24 de novembro, 159/2008, de 8 de agosto, 9/2009, de 9 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 81/2013, de 14 de junho, 167/2015, de 21 de agosto, 24/2018, de 11 de abril este Conselho tem um vogal autarca de freguesia, eleito em Assembleia Municipal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 254-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

b)- Proposta 24/2019- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano Pormenor na Modalidade Específica de Plano de Intervenção no Espaço Rural do Parque de Campismo de Quarteira (PIERPCQ) - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 338-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

c)- Proposta 26/2019- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal a referida Alteração, que consta nos Anexos à presente proposta e dela fazem parte integrante, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor; [Proposta da Câmara Municipal n.º 768-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

d)- Proposta 27/2019- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano Pormenor de Loulé Sul (PPLS) e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 652-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

e)- Apreciação da Informação relativa à Conclusão do Procedimento de Classificação do Solar no Topo da Rua Sacadura Cabral como Monumento de Interesse Municipal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 1997-2018]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

f)- **Apreciação da Informação relativa à Aprovação do Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2019/2020 do Município de Loulé, no valor 2.680.396,70€; [Proposta da Câmara Municipal n.º 864-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

g)- **Apreciação da Informação relativa à Adjudicação da Concessão de Exploração da Cafeteria da Biblioteca Municipal de Loulé "Sophia de Mello Breyner Andresen" - Aprovar a Adjudicação e a Minuta do Contrato, nomear o Gestor de Contrato e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento; [Proposta da Câmara Municipal n.º 875-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

h)- **Apreciação da Informação relativa à Unidade de Execução - Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente e remeter à Assembleia Municipal para conhecimento; [Proposta da Câmara Municipal n.º 765-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----

Passou-se ao primeiro ponto da OT;-----

### **1-Intervenção do Público;**-----

Foi dada a palavra à cidadã **Dina Correia**, começando a sua intervenção, dizendo ser uma cidadã louletana, nascida e criada em Loulé. Encontra-se hoje aqui nesta sessão, como uma das proprietárias dos terrenos onde a Câmara pretende fazer a Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente e teceu algumas considerações e preocupações com esta Unidade de Execução. (Fez a leitura de documento).-----

Questionou sobre a falta da Circular Sul e ainda porque razão esta Unidade de Execução, tem sido tratada de uma forma sigilosa e apressada. Onde está o planeamento da obra? O que se pretende fazer com a Unidade de Execução e a Circular Sul? Terminou a sua intervenção, dizendo que tem bastantes dúvidas e anseios em relação a esta questão.-----

De seguida usou da palavra a cidadã **Natália Relvas**, referindo ser proprietária de um terreno abrangido pela Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente. Questionou, que política de urbanismo, pretende a Câmara implementar em todo o concelho de Loulé, que justifica despejar os proprietários dos seus bens, para financiar infraestruturas e obras de urbanização e questionou se esta política é apenas para o concelho de Loulé, ou também para o Litoral. Discorda o facto de os proprietários não querem negociar



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

ir pela via da expropriação e a questão do declarar de Utilidade Pública e acordar justificação para tal, porque ainda estamos em democracia e os direitos, liberdades e garantias valem alguma coisa. A Câmara Municipal vem agora dizer e sem fundamentar esta situação, que se têm que dividir terrenos ao meio, custe o que custar a via tem de passar por ali, sem qualquer respeito pelo que lá está, quer sejam furos, linhas de água, caminhos, acessos a propriedades, até fechando o caminho do Olho de Água. Disse estar contra a construção de um Eixo Viário de 21,5 m de largura, cujo traçado é para substituir o traçado norte e contra pagar 1/3 desse mesmo investimento, que vai servir todo o concelho, quando o dever da Câmara é esse já que pagamos tantos impostos. Referiu ainda que esta situação não serve os interesses de ninguém.-----

Posteriormente pediu a palavra o cidadão João Silvestre, que disse estar em representação dos seus pais, proprietários de um terreno, onde a Câmara pretende fazer a delimitação da Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente, abordou o mesmo assunto, referindo que os proprietários de terrenos naquele local de um modo geral, não estão de acordo com a proposta apresentada.-----

Fez um breve resumo desta operação e das premissas apresentadas pela Câmara Municipal, fazendo a leitura de documento e questionou se esta unidade de execução, não era para resolver o problema da habitação na freguesia.-----

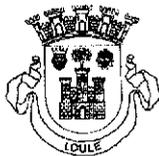
A Câmara Municipal, resolveu anexar uma Urbanização, sem ter consultado previamente os proprietários, como forma de justificar a construção do Eixo Viário.-----

Para a execução da proposta apresentada, e sendo confrontados com uma proposta que dizima quaisquer expectativas que tenham para os seus terrenos, foi referido que não invalida a existência de parcerias, mas no entanto foi frisado logo à partida, que se os proprietários não quisessem aderir à parceria, ou vender à Câmara, seriam expropriados por utilidade pública. E como se expropriam terrenos férteis para construir moradias?-----

Não entende o porquê da Câmara Municipal, estar a tratar deste assunto de uma forma apressada, contrastando com a Variante Norte que já está estudado e tem tudo o que precisa para construir e só falta mesmo lançar o concurso público e não é tratado com tanta urgência.-----

A Câmara decidiu passar este Eixo Viário pelo meio de quase todos os terrenos, fragmentando as propriedades, deixando o lado Norte/Nascente, parte das mesmas que supostamente vão passar a rusticas na próxima revisão do PDM.-----

Os proprietários não conseguem perceber o porquê deste traçado e a inflexibilidade em alterá-lo. Disse ainda que há falta de estudos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

fundamentem as opções tomadas.-----

Foi cedida a palavra ao cidadão **José Neves**, que abordou o seu assunto que é a Central Verdasco, tema esse que já debateu nesta Assembleia por diversas vezes, onde o assunto é a poluição. Foi feita uma expansão ilegal, porque foi feita sem licenciamento, as consequências têm sido nefastas, tendo sido a sua propriedade reduzida a zero. Espera há algum tempo por uns relatórios que lhe foram prometidos que iriam chegar às mãos, mas até hoje não chegou nada ainda.-----

As despesas com os seus animais têm sido enormes e nunca lhe perguntaram qual o valor das mesmas para contribuírem com alguma ajuda, a sua propriedade neste momento vale zero, a sua vida é um lixo e a situação que vive atualmente é dramática.-----

Questionou se daqui para a frente o comportamento desta Câmara face ao comportamento do senhor Fernando Verdasco, será mais dentro dos parâmetros da constituição e da lei ou poderá fazer o que ele quiser nos terrenos que já comprou?, porque é dito por ele que quer continuar a crescer.-----

Questionou ainda sobre que medidas pensa a Câmara tomar em relação a esta situação.-----

Em seguida usou também da palavra o cidadão **José Pires**, morador no sítio dos Barreiros, onde o acesso era feito todo por terra, quando para lá foi local onde foram feitas algumas estruturas, mas que ainda não estão completas. Há que ouvir os anseios e preocupação das pessoas, convenientemente e divulgar os projetos que existem. Entende que tem que haver as obras, mas estas têm que ser feitas para beneficiar os habitantes, onde elas são executadas e não meramente fazer obras só por fazer, há que procurar soluções que sejam construtivas para ajudar a resolver a vida das pessoas e não o contrário.-----

Usou igualmente da palavra o cidadão **Ilídio Silva**, que abordou a questão do ruído do Canil Municipal, que desde 2017, que se debate com esta situação, tendo-lhe sido dito que em 2019, o problema iria estar resolvido, já passados 2 anos, está tudo na mesma. O ruído dos animais durante a noite é imenso, e aquele ruído é insustentável.-----

Falou depois a cidadã **Edith Baguinho**, que disse estar a protestar por considerar injusto e fazer um apelo à Câmara Municipal, para reconsiderar certas decisões que toma. Disse estar a representar aqui esta noite os pais, que vivem em Quarteira, na Rua Gago Coutinho que têm alguns problemas que estão afetando a sua qualidade de vida nomeadamente a sua saúde.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Começou por fazer referência ao fato de que 2 funcionárias do Centro Autárquico de Quarteira, foram vistas a fumar no passeio frente ao prédio dos seus pais, chegando até ao 2º piso, o fumo dos seus cigarros, e atirar as pontas de cigarro para o chão, é contra o regulamento de saúde e ambiente do concelho, poluindo assim o ar e o chão da via pública.-----

Referiu ainda a questão da demolição de uma casa histórica em Quarteira, tipicamente algarvia, situada na Rua Gago Coutinho, para dar lugar a um parque de estacionamento automóvel situação essa que considera chocante, o que não considera existir quaisquer vantagens nesta situação-----

Terminou a sua intervenção, dizendo que o que realmente faz sentido, é de se encontrar soluções viáveis e saudáveis, menos prejudiciais para os residentes, nomeadamente aumentar o horário do funcionamento dos transportes públicos, para reduzir o uso de carros particulares dentro da cidade e restringir a utilização apenas de 1 carro por cada residência e igualmente optar-se pela construção de um parque subterrâneo de vários andares para estacionamento, fora da cidade para os que precisam de mais lugares.-----

Por ultimo, usou da palavra o cidadão **João Santos**, referindo que a questão que o trazia aqui hoje, era relativa melhoramentos dos meios de segurança do Porto de Pesca de Quarteira, e que tinha sido apresentado o projeto para a criação de uma Estação de Salva Vidas e um Posto Marítimo, no valor de 705 mil euros, o qual irá ser totalmente suportado pela Câmara Municipal de Loulé. Existe igualmente uma questão premente no Porto de Pesca de Quarteira, e que deveria ser primeiramente abordada e que estranhamente não se verificou isso, que é a melhoria dos meios de segurança no interior do Porto de Pesca. A título de exemplo, os passadiços flutuantes, não possuem iluminação de presença, quanto muito escadas de emergência.-----

Disse ainda que a Câmara Municipal de Loulé, tem uma obrigação para com os pescadores de Quarteira, ressaltando o facto de no passado mês de Maio se ter lá verificado uma vítima mortal.-----

Para responder às questões solicitadas, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**. Relativamente às questões sobre a Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente, ficará a cargo da senhora Vereadora Heloísa Madeira, detentora do pelouro este assunto.-----

A decisão de se avançar com a Unidade de Execução, não tem nada que ver com o fecho da Circular Norte de Loulé, trata-se de processos diferentes.-----

A Circular de Loulé, levou imenso tempo a negociar com as infraestruturas de Portugal e foi feito para que a Câmara tivesse a legitimidade para poder intervir naquele local e foi feito um projeto novo e nessa perspetiva seria muito mais



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

correto e adequado às necessidades que hoje existe do ponto de vista da mobilidade e de outras condições, para pessoas e ciclistas, perfil esse que será semelhante aquele já existente entre a rotunda da Goncinha à rotunda do cilindro. Perfil esse que irá continuar na Circular Norte de Loulé, até ao Pavilhão. A Câmara ficou com a possibilidade de assumir por si mesma a conclusão da Circular Norte de Loulé, porque se percebeu que se o assunto continuasse nas mãos do Estado e do Ministério com tutela na matéria, nunca mais teríamos Circular. Disse ainda que a Unidade de Execução será para fazer uma nova via urbana, essa matéria foi explicada por técnicos da Câmara Municipal, para que pudessem ser esclarecidas todas as dúvidas.-----

Todas estas decisões tomadas servem o interesse público e não para prejudicar ninguém! É obvio que não se pode agradar a todos, mas a cidade precisa de se expandir e de ter outras frentes de desenvolvimento. A construção de habitação, não foi a principal motivação para esta decisão, mas sim para abrir espaço à iniciativa privada. A todos aqueles que têm a expectativa de um dia poder rentabilizar o seu património, com construção de habitação, esta é a grande oportunidade, porque se não se desenvolver ali um novo eixo viário com características urbanas, toda aquela área passará a rústico.-----

Perante a nova lei base dos solos, esta é a situação, a construção daquele eixo urbano, é a única possibilidade que a Câmara Municipal tem, de muita gente poder ter aqueles terrenos urbanizados.-----

Convidou todos a estarem presentes para uma apresentação pública da Estratégia Local da Habitação que será apresentada nesta Assembleia Municipal, onde será feita uma Conferência de imprensa para a apresentação da mesma. Será feito um estudo de mercado para avaliar as necessidades de habitação no concelho de Loulé e as necessidades são muito grandes e o mercado não está a dar resposta à necessidade de habitação e é por esse motivo que a Câmara Municipal de Loulé, em articulação com o Governo que produziu uma nova geração de políticas, e daí a necessidade da apresentação desta estratégia local de habitação. Iremos nos reunir para fazer um esforço de convergência, de encontrar pontos de diálogo, para que as pessoas possam ser o menos possível lesadas com esta situação. Esta Câmara Municipal, está determinada em fazer aquela nova via urbana, que será muito importante para o futuro de Loulé.-----

Respondendo ao município Ilídio, já tinha dito anteriormente que a Câmara Municipal, iria fazer algumas obras no Canil Municipal, no sentido de minimizar o impacto do barulho, porque não se pode retirar o canil de onde está no centro da cidade para o colocar noutra local na cidade. No futuro em sede do PDM será aprovada uma nova localização para o Canil Municipal, para que possa localizar-se de modo a não incomodar ninguém. De momento não existe nenhum terreno com



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

características que se possa imediatamente transferir o canil do sitio onde está para outro local em Loulé.-----

Sobre a intervenção da cidadã Edith, informou que está em construção um novo estacionamento em Quarteira, foi conseguido um lugar para algumas centenas de mais recentemente na zona de ligação entre Quarteira e Vilamoura, designado Parque Melvin Jones e agora está-se a iniciar a construção de um novo estacionamento com uma capacidade para 65 viaturas.-----

Relativamente ao cidadão João Santos, referiu que a casa centenária que mencionou, como património não tem qualquer valor relevante, valor tinham os Tanques Comunitários que foram destruídos, esse era o património histórico com interesse relevante que Quarteira tinha.-----

Relativamente aos melhoramentos no Porto de Pesca de Quarteira, a Câmara está a investir naquele local e com certeza que os passadiços serão contemplados com as obras de melhoramento que a zona irá sofrer e lembrou que quem é responsável pelo que acontece no Porto de Pesca de Quarteira, é a Docapesca, porque a Câmara Municipal não tem ainda essa competência.-----

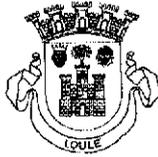
Por fim e em relação à intervenção do cidadão José Neves, disse que não tem havido celeridade na resposta rápida da autarquia, que é sensível às suas queixas, não tendo concordado desde o início com a localização da central de betão, que prejudica bastante noa modos em que está.-----

Deixou a promessa de que nenhuma obras de ampliação, de refeitório, estruturas fixas no solo, que precisam de autorização da Câmara Municipal de Loulé, não serão autorizadas.-----

-----  
Usou da palavra a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, para esclarecer algumas questões pontuais que foram colocadas. Começou por explicar que a Unidade de Execução, nasceu com a necessidade de se infraestruturar toda aquela zona e de abrir uma nova frente de cidade, e para que tal aconteça é necessário infraestruturar e para que tal seja possível a Unidade de Execução surge, para criar uma via urbana e criar as infraestruturas urbanas, água, esgotos, rede viária, eletricidade, etc. Sem esta Unidade de Execução, todos aqueles terrenos passam a ser designados de rústicos. A rede viária que se irá criar, é importantíssima para a mobilidade da interna da cidade.-----

Disse ainda que esta Unidade de Execução estava no período de discussão pública em fase de ponderação, está-se a recolher todas as sugestões que os munícipes e proprietários tenham para oferecer.-----

Em relação à questão dos furos de captação de água, essa questão será devidamente salvaguardada no projeto, a Câmara fará uma adequada gestão daqueles furos, não havendo uma promessa de que todos os furos se irão manter, mas garantindo que todos terão acesso à água para a rega dos seus terrenos,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

quer seja a norte ou a sul da via. Mais disse ainda que esta Unidade de Execução, não fecha o caminho do Olho de Água, a estrada terá continuidade com outro perfil, para um outro sítio. Neste momento os terrenos não estão infraestruturados, são urbanizáveis, mas ninguém os urbanizou.-----

A questão é que por muito que os proprietários considerem que aqueles terrenos são urbanos, eles estão para todos os efeitos incluídos dentro do perímetro urbano, mas se não forem urbanizados e infraestruturados até Julho de 2020, caem para solo rústico. A área é extensa, trata-se de 14 hectares, que a Câmara vai projetar e infraestruturar e vai entregar posteriormente lotes de terreno com áreas de construção atribuídas a cada um dos proprietários que entrar na parceria. O risco desta operação para os proprietários não é nenhum e ficam com lotes de terreno aptos á construção, que de acordo com as avaliações valem muito mais, porque estão devidamente infraestruturados, permitindo desta forma, sendo que os proprietários ficam com os terrenos devidamente valorizados e a cidade ganha perímetro urbano, com a possibilidade de crescer, ganhando assim toda a cidade e todo o concelho.-----

-----  
O senhor **Presidente da Assembleia**, esclareceu que a documentação pode ficar à disposição dos cidadãos, no site da Assembleia Municipal que tem toda a documentação disponível.-----

-----  
Esgotado o período de Intervenção do Público, passou-se de imediato ao ponto seguinte;-----

### ***2- Aprovação de Atas;***-----

-----  
A Ata n.º4/2019 (Sessão Extraordinária de 05 de Abril de 2019), foi retirada para votação na próxima sessão.-----

A Ata n.º5/2019 (Sessão Comemorativa do 25 de Abril de 2019), foi aprovada por unanimidade.-----

### ***3- Informação sobre Expediente e Requerimentos;***-----

-----  
Neste ponto, o senhor **Presidente da Assembleia**, deu conta de uma reunião de Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, em cuja mesma esteve presente, em representação da Assembleia Municipal de Loulé, cujo principal ponto foi uma declaração conjunta sobre a importância da criação das regiões administrativas e do processo de regionalização, documento esse que em devido tempo será tornado público.-----



#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Informou também sobre um conjunto de propostas da Câmara Municipal sobre a Não-Aceitação de Transferência de Competências, que foram remetidas à Assembleia Municipal e como existe um prazo a cumprir, as Não-Aceitações têm que ser obrigatoriamente aprovadas nesta Assembleia.-----

#### 4- Período de Antes da Ordem do Dia;-----

Foi concedida a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que fez algumas críticas em relação ao Executivo Municipal, nomeadamente no derrube de alguns pinheiros em Quarteira, junto à sede da Junta de Freguesia de Quarteira, contrastando com a política de apoio às alterações climáticas.-----  
Sobre a Circular Norte, disse ainda nada ter sido feito para que a mesma se inicie, assim como outras obras prometidas que ainda não foram feitas.-----

O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, propôs à mesa a abertura de um novo período de Intervenção do Público, por haver questões que ainda não foram respondidas aos cidadãos, propôs a prorrogação do prazo para o final da sessão, conforme estipula o Regimento.-----

Respondeu o senhor **Presidente da Assembleia**, afirmativamente, uma vez que o Regimento assim o contempla, será dado mais 15 minutos extra ao público no final da sessão.-----

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que disse registar com agrado a sugestão de haver mais 15 minutos de intervenção do público, dada a importância do tema em causa.-----  
Em relação ao tema em causa, referiu estar do lado destes cidadãos, compreendendo as suas preocupações e anseios e pediu ao Executivo para repensar a sua estratégia.-----

Pediu a palavra o senhor **Deputado Telmo Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira)**, realçando a intervenção de fundo que a cidade de Quarteira tem tido nestes últimos anos e que trouxe dignidade à entrada de Quarteira.-----

Esclareceu que o corte de pinheiros surgiu em prol do melhoramento de zona na cidade.-----

Teceu algumas considerações sobre o Porto de Pesca de Quarteira, nomeadamente sobre alguns problemas originais desde a sua construção, bocas de incêndio, depósitos de água salgada que nunca funcionaram, entre outros e que tem havido nos últimos anos mais naufrágios do que mortes.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Terminou a sua intervenção dizendo que não pode haver uma dualidade de critérios na avaliação de uma situação.-----

Foi depois cedida a palavra à senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que fez algumas considerações em relação à Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente, nomeadamente a Câmara, uma coisa é ocupar uma parcela de terreno com vista à executar obras públicas previstas para o local, em satisfação do interesse público e atuando de boa fé e outra completamente distinta, é a Câmara proceder à ocupação de solo sem o proprietário ser "tido ou achado" em atuação marginal ao dever de legalidade.---- Este tipo de processo, e em respeito por aqueles que aqui nasceram e foram criados, exige que os proprietários sejam informados, auscultados perante esta decisão de autoridade, consagrado no artigo 277º, n.º5 da Constituição "...que têm os cidadãos o direito de participar na formação das decisões ou deliberações que lhes digam diretamente respeito". Este procedimento pressupõe uma participação informada, substancial e eficiente e para que se avance com expropriações, é necessária que a mesma se baseie na utilidade pública e que seja devidamente justificada.-----

Disse esperar que se encontre uma solução técnica alternativa, mais equilibrada e que não tenha a maioria dos proprietários contra.-----

Apelou ao bom senso em relação a estas questões.-----

Depois, usou da palavra o senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que questionou o porquê de se fazer uma Circular Norte, quando o trânsito é manifestamente diminuto e porque não fazer a sul onde existe a grande maioria do trânsito e porque não se abandona a Circular Norte e se investe na Circular a Sul?-----

Usou da palavra o senhor **Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)**, discordando com o discurso da intervenção do senhor **Deputado Mário Botelho**, nomeadamente sobre o tema das alterações climáticas, onde o município de Loulé, foi o primeiro a colocar esta questão na agenda dos municípios a nível nacional, com o Climadapt.-----

Os terrenos à Unidade de Execução Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente, que aqueles terrenos urbanizáveis desde 1995, nada foi feito nos mesmos.-----

O senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referiu que as intervenções vão apenas no sentido que a condução dos trabalhos do Executivo seja a melhor



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

possível e muitas vezes o PSD não partilha os mesmos pontos de vista nem as mesmas opiniões.-----

Se esta Câmara cumpriu um acordo não pode depois alterar quando lhe apetece.--

Depois usou da palavra o senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que se congratulou com a reabilitação do Palácio Gama Lobos, depois da grande obra do Solar da Música, algumas das grandes obras culturais que a cidade de Loulé teve. Futuramente com a grande obra de referencia nacional na área da saúde, com o mega-projeto na área da saúde, com a criação da ABC Active Live Center. Com estes equipamentos, Loulé, tornar-se-á uma referencia nacional na área da saúde. Referiu-se ainda à obra do Quartel da GNR em Quarteira, investimento de cerca de 950 mil euros.-----

O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, manifestou o seu contentamento por finalmente o projeto de execução da Circular Norte ser entregue este mês, ficando sem perceber se era o projeto do traçado da obra ou se era o projeto de execução.-----

Foi cedida a palavra ao senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, que apelou ao senhor **Deputado Mário Botelho** mais modéstia e prudência uma vez que fala com alguma arrogância, quando se refere ao senhor **Presidente da Câmara**, que tenha mais respeito e consideração e também pelas 17 mil pessoas que lhes confiaram os destinos deste concelho.-----

O que foi dito aqui, foi que o processo está em discussão pública está em cima da mesa uma proposta, com o propósito de se encontrar soluções objetivas e perguntou:

- Quantas reuniões de facto já o Executivo teve com proprietários dos terrenos da zona da Unidade de Execução?
- A Câmara Municipal, está de facto disponível para ponderar o resultado da discussão pública e admitir ajustar a sua proposta?
- A Câmara Municipal está a que ponto disponível ponderar alargar o processo de discussão pública para permitir que mais munícipes participem, para que os interessados tenham melhor conhecimento da proposta do município, para que possam ser encontradas soluções técnicas alternativas que recolham os desejos dos proprietários.-----

Interveio o senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, enaltecendo a intervenção do senhor **Deputado Hugo Nunes**, que apaziguou os ânimos das pessoas aqui presentes a contestar este tema da Unidade de Execução.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Lembrou no seu mandato a compra do edifício do Centro Autárquico de Quarteira, que era da Segurança Social e estava degradado e que foi recuperado na íntegra.-----

Em relação à questão da Circular Norte de Loulé, é unânime no concelho de Loulé que a Circular Sul é mais urgente que a Circular Norte, que tem menos impacto a nível do escoamento do trânsito no centro da cidade.-----

No seu mandato encontrou um Protocolo entre a Câmara Municipal de Loulé e o Governo, assinado pelo Presidente Joaquim Vairinhos, em que havia a contrapartida pelo aterro sanitário da Cortelha, o Estado comprometia-se a fazer a Circular Norte, e foi por isso que aquela parte existente foi feita, porque pressionou o Governo na altura para tal, lamentando o facto de não ter conseguido na totalidade até à Rotunda do Cilindro.-----

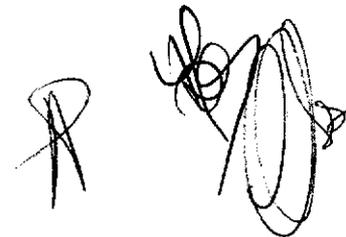
Depois usou da palavra o senhor **Deputado António Farrajota (CDS)**, que referiu que o direito à opinião não se discute, por isso é que estamos em bancadas diferentes com opiniões diferentes. Mencionou a grande lição de democracia dada pelo senhor **Deputado Hugo Nunes**.-----

Pediu a palavra o senhor **Deputado Marco Ferreira (PS)**, que teceu alguns comentários sobre a área da saúde nomeadamente no Algarve, a apresentação de um projeto inovador da Universidade do Algarve, na área da ciência biomédica e medicina do Município de Loulé e o Centro Hospitalar do Algarve, o ABC-Algarve Biomedical Center, que irá permitir atrair para o Algarve um conjunto de valências na área da saúde inexistentes na nossa região, de cerca de 16 milhões de euros, que prevê a construção de 2 edifícios, que irão ser o cerne dos trabalhos do projeto na cidade de Loulé, na zona de Vilamoura.-----

Referiu-se a algumas áreas onde este projeto irá atuar, nomeadamente na área de investigação, entre outras. Congratulou o município e todos os louletanos, por esta infraestrutura, de grande relevância para o nosso concelho, exemplo a nível nacional e internacional.-----

Foi dada a palavra ao senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, referindo que todas as suas intervenções se baseiam em factos, referindo em concreto à questão das 5 mil árvores, doadas pelo Zoomarine, em 2017 e que passados 2 anos, a paisagem mudou para ervas, e é esta a incongruência deste Executivo.-----

A senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, dirigindo-se ao senhor **Deputado Hugo Nunes**, sugeriu que evitasse as manipulações no seu discurso, baseadas em inverdades. Questionou ainda se as sugestões que o Executivo recebeu, se foram as mesmas tidas em conta, quais são os estudos e os fundamentos reais de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

utilidade pública que justifiquem esta ação e se há outras alternativas e flexibilidade e vontade do Executivo de estudar outras soluções.-----

Mais uma vez usou da palavra o senhor **Deputado António Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte)**, que disse respeitar a diferença de opiniões, compreende as outras posições das outras bancadas. Relativamente à intervenção do senhor Deputado Mário Botelho, até hoje em relação às medidas preventivas, ninguém mostrou nenhum documento, em que a Câmara se tivesse comprometido com aquele índice de construção.-----

O facto de se ter errado no passado, não quer dizer que tenhamos que manter o erro e se a Câmara tivesse que pagar uma indemnização para que o ambiente fosse conservado naquela zona, se calhar valeria a pena e não manter a todo o custo, um erro que compromete o futuro dos nossos filhos.-----

Interveio o senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que referiu que as decisões deste Executivo têm sido solidárias, o que não houve no passado. Em relação às árvores, disse que as árvores destruídas verificaram-se aqui na Praça da República, há uns anos atrás.-----

Mais disse, que este Executivo até à presente data, tem privilegiado sempre os acordos, em que tudo tem sido feito em termos de intervenção pública, tendo em conta a ocupação de terrenos privados, de uma forma séria e em consenso de acordo com a lei.-----

Referiu que a Circular Norte é necessária para resolver a mobilidade do tráfego que vem todo a norte, nomeadamente as viaturas pesadas que fazem o transporte dos resíduos.-----

A cidade precisa crescer, de se desenvolver, a sul é necessária sem abandonar a Circular a Norte.-----

Para responder às várias questões solicitadas ao longo deste debate, foi dada a palavra ao senhor **Presidente da Câmara Municipal**, no sentido de esclarecer os assuntos abordados.-----

No que respeita à Circular Norte de Loulé, o projeto técnico completo, que terá 2 meses aproximadamente de revisão. Só foi possível avançar para este projeto, depois da negociação feita com as Infraestruturas de Portugal, que culminou na assinatura que há bocado foi referido a 1 de Fevereiro de 2018 e que desde essa data a Junho de 2019, existe um projeto feito para a Circular Norte.-----

A Circular Norte será feita com o perfil que vem de baixo, comparando com a variante de S.Lourenço-Estrada Nacional 125, funciona bem, com uma única faixa com 2 sentidos, e porque razão a Circular de Loulé, quando o mundo nos obriga a ter cuidados ambientais, temos de ser capazes de nos adaptar às novas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

exigências. Se essa parte da Circular não avançou no anterior mandato, foi porque foi feito um Protocolo assinado pelo Secretário de Estado das Obras Públicas, em 2001, em Loulé, que obrigava a fazer a Circular Norte, que começava na Área Empresaria de Loulé e terminaria na Rotunda do Cilindro, nas Barreiras Brancas. O projeto foi feito e não continuou devido a problemas ambientais que advinham daquele projeto, e a proposta era aceitar uma parte, que é a que está feita ou então não se fazia nada e na altura a decisão foi de fazer apenas uma parte, que é a que está feita.-----

Embora ambas façam falta, mas na sua opinião a parte da Circular Norte faz mais falta que a parte Sul. A conclusão da parte Norte da Circular de Loulé e quando chegar o momento, uma vez que não se pode fazer tudo ao mesmo tempo, a parte Sul será feita com um projeto substancialmente diferente.-----

Esclareceu que a única contrapartida do Aterro Sanitário, foi estabelecer água e esgotos para 3 povoações, Barranco do Velho, Vale Maria Dias e Cortelha e que nunca viu o documento que falava em construir por parte do Governo a Circular Norte de Loulé. Disse ainda que tem sido extremamente difícil avançar com a conclusão da Circular Norte de Loulé, mas está-se a trabalhar sobre a mesma.----

Pedi ainda para não confundirem determinação com arrogância, porque falar veementemente não se deve confundir com arrogância.-----

Em relação ao investimento público, mencionou terem sido feitas obras, algumas já inauguradas e outras estão a começar.-----

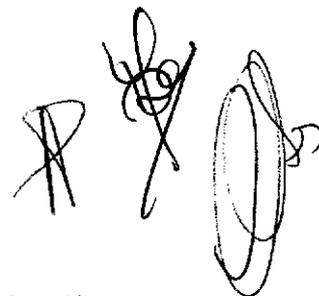
-----  
Para continuar a responder às questões solicitadas, foi cedida a palavra ao senhor **Vice-Presidente**, que em relação à intervenção do senhor Deputado Mário Botelho, disse que o importante é que, quer seja a nível privado ou público, trabalhamos em prol do país, do ponto de vista do seu desenvolvimento.-----

Referiu ainda que o investimento público camarário está a crescer 34% em relação a períodos homólogos e que as taxas dos impostos neste município, estão num mínimo histórico.-----

Em 2011 o PSD tinha 95 milhões de euros de endividamento , para um orçamento de 100 milhões de euros, e neste momento o endividamento deste Executivo PS, está em 25 milhões de euros.-----

Este Executivo pratica uma política moderada, ponderada, planeada e com perspetiva de futuro.-----

-----  
O senhor **Vereador Carlos Carmo**, começou por dizer que se orgulha bastante de ter o cargo que ocupa, por estar ao serviço das populações. A matriz em que assenta a missão desta autarquia que é a questão ambiental e as alterações climáticas. Loulé é um município líder no país, reconhecido como um município



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

exemplar e que lidera a Rede Nacional de Municípios com Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas.-----

Em relação à questão das 5 mil árvores plantadas, nem todas vingaram, porque é normal isso acontecer, mas posteriormente serão repostas aquelas que não sobreviveram.-----

Teceu alguns comentários sobre a entrada de Quarteira, reconhecida por todos aqueles que a visitam, mas que aquando das obras, o PSD não concordou com aquelas 4 faixas de rodagem.-----

Para responder sobre a questão da Unidade de Execução, a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, disse reafirmar o que já tinha dito em mais de 40 reuniões em que esteve presente, com os proprietários e munícipes acerca deste assunto, reafirma a disponibilidade deste Executivo, de ponderar todas as sugestões e todos os contributos. Tem sido isso que tem sido transmitido a todos os proprietários. Relativamente à necessidade prorrogação do prazo de discussão pública, será avaliada essa necessidade à medida que forem recebidos os contributos.-----

### **5- Moções;**-----

Neste ponto não houve apresentação de Moções.-----

### **6- Período da Ordem do Dia;**-----

a)- Proposta 25/2019- Deliberação relativa à Proposta à Assembleia Municipal para que Delibere Designar o Autarca de Freguesia para o Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal, para efeitos da alínea e) do n.º 2 do artigo 157.º do Decreto-Lei 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 201/2005, de 24 de novembro, 159/2008, de 8 de agosto, 9/2009, de 9 de janeiro, 2/2011, de 6 de janeiro, 81/2013, de 14 de junho, 167/2015, de 21 de agosto, 24/2018, de 11 de abril este Conselho tem um vogal autarca de freguesia, eleito em Assembleia Municipal; [Proposta da Câmara Municipal n.º 254-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Em relação a esta alínea, uma vez que não chegou à mesa atempadamente nenhuma proposta em devido tempo, ficou adiada para a próxima sessão.-----

b)- Proposta 24/2019- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano Pormenor na Modalidade Específica de Plano de Intervenção no Espaço Rural do Parque de Campismo de Quarteira (PIERPCQ) - Aprovação



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 338-2019] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----

Para introduzir esta proposta, usou da palavra a senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, referindo que esta proposta já não é a primeira vez que vem aqui a esta Assembleia, tratando-se da deliberação final, e tem a ver com uma alteração regulamentar no PIER do Parque de Campismo de Quarteira, e que tem a ver com a introdução de uma alínea, que permite uma pequena variação de quotas de soleira, por forma a evitar escavações desnecessárias aquando da execução da obra.-----

Pedi a palavra o senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que questionou que tendo em conta o Executivo, rompeu o acordo que havia com a entidade promotora de urbanização do atual Parque de Campismo, o futuro Parque de Campismo, tem alguma garantia da Câmara relativamente à eventual urbanização desse terreno, manter o interesse por parte da entidade promotora para construir o Parque de Campismo?-----  
Ou será que se está a gastar os recursos do município, sem qualquer consequência e que provavelmente ninguém lá construirá absolutamente nada  
Porque o Executivo não cumpriu o acordo que havia sido feito anteriormente pelo Executivo anterior.-----

Para esclarecimento do senhor Deputado, respondeu a senhora Vereadora **Heloísa Madeira**, que este Plano não prevê qualquer outro tipo de investimento, para a execução da obra. O que se tratou foi de alterar uma quota da soleira. Todo o investimento que será feito no âmbito deste PIER, será feito pelas entidades privadas, que foram elas próprias que tinham sugerido esta alteração regulamentar há cerca de 8/9 meses.-----

**b)- Proposta 24/2019- Deliberação relativa à 1.ª Alteração ao Regulamento do Plano Pormenor na Modalidade Especifica de Plano de Intervenção no Espaço Rural do Parque de Campismo de Quarteira (PIERPCQ) - Aprovação da Proposta de Alteração ao Regulamento do Plano, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 90.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 119.º, ambos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); [Proposta da Câmara Municipal n.º 338-2019]; foi votada e aprovada por unanimidade.-----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Passou-se à alínea seguinte;-----

c)- **Proposta 26/2019- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal a referida Alteração, que consta nos Anexos à presente proposta e dela fazem parte integrante, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor; [Proposta da Câmara Municipal n.º 768-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);-----**

Para a introdução desta proposta, usou da palavra a senhora **Vereadora Marilyn Zacarias**, que esclareceu esta 1ª alteração do mapa, prende-se com a nova alteração do Mapa, em sede desta Assembleia Municipal, do novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, do nosso município ROSM, vem no seguimento de se conseguir fazer uma adaptação ao Mapa, fundamentada nas necessidades para adaptar as estruturas de receber as novas transferências de competências que se está a prever no decorrer dos próximos anos. Foi tido em conta os trabalhadores que estão na pré-idade da reforma, sendo que é necessário preparar uma equipa nova, que venha reforçar estes trabalhadores. Para o ano 2019, existe uma previsão de 120 trabalhadores, que entrarão em reforma. Trabalhadores com idades compreendidas entre os 61 a 70 anos, existem 340 trabalhadores, sendo que a idade média de trabalhadores, ronda os 48,9% e o Executivo tem que preparar o mapa de pessoal, com pessoas mais novas.-----

No ano 2018/2019, houve umas entradas de Técnicos Superiores, sendo que houve saída de 9, por reformas ou mobilidades, Assistentes Técnicos entraram 12 e saíram 8 e Assistentes Operacionais entraram 77 e saíram 20 trabalhadores.-----

Desta forma e com as necessidades que a Câmara tem, reformulou-se o Mapa de Pessoal adaptando-o à nova realidade, nomeadamente as necessidades com as novas transferências de competências.-----

Em termos de postos de trabalho, o mapa inicial tinha 1705 trabalhadores e com esta 1ª alteração prevê 1709 lugares, uma variante só de 4 trabalhadores.-----

Postos vagos, existe 547 no mapa anterior, neste prevê 588, o que representa 7,5%. Nos Contratos de Trabalho a Termo Certo, advém do facto do contrato de trabalho a termo certo, com esta modalidade, consegue-se mais celeridade à contratação. Será proposto 221 lugares com Contrato de Trabalho a Termo Certo e Contratos de Trabalho a Termo Incerto, 377.-----

Posteriormente o senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, referiu eu depois de ouvido o esclarecimento da senhora Vereadora sobre quais os motivos que levam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

a esta situação e lembrou que no final do ano 2018, o número de trabalhadores por Grupo Municipal, Câmara mais Empresas Municipais, ascendia a 2050 funcionários, o que representa um crescimento de 150 trabalhadores em relação a 2017, a sua grande maioria foram admissões no próprio município. Por outro lado, os custos com pessoal em 2018, atingiram 29 milhões de euros, mais 2,5 milhões que 2017 e com esta revisão qual o valor previsto para 2019?-----

O Bloco de Esquerda, não poderá votar contra esta proposta, uma vez que a sua política, que incrementa a criação do emprego laboral e que visa a criação de mais emprego no município.-----

A Revisão do Mapa de Pessoal, em relação ao Orçamento aprovado pela Assembleia, propõe e introduz alterações resultando anualmente cerca de 66 postos de trabalho.-----

A questão que gostava que fosse respondida como requerimento, essencialmente, é que não foi apresentado nenhuma fundamentação financeira dos encargos resultantes desta revisão e, quantos são na realidade os trabalhadores esta autarquia, divididos pelos diversos contratos de trabalho, termo certo, incerto, precário, recibos verdes e prestação de serviços. Posteriormente o requerimento sobre este assunto será enviado à mesa da Assembleia Municipal.-----

Em seguida usou da palavra o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que esclareceu que quando interpelado o senhor Vice-Presidente, sobre os funcionários da Câmara Municipal de Loulé, se tinha referido ao número de funcionários, estes englobavam os funcionários das Empresas Municipais, não são 1700, mas sim tratar-se de 2052 funcionários. Referiu ainda que houve um aumento de 12% a nível de pessoal de 2016 a 2017.-----

O senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, esclareceu que a Câmara Municipal a 31 de Dezembro de 2018, tinha 1709 funcionários, com o Grupo Municipal, passou para 2050, informação essa que consta nas Contas Consolidadas.-----

Passou-se à votação;-----

**c)- Proposta 26/2019- Deliberação relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal a referida Alteração, que consta nos Anexos à presente proposta e dela fazem parte integrante, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na sua redação em vigor; [Proposta da Câmara Municipal n.º 768-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt); foi votada e aprovada por maioria, com 26 votos a favor (23 PS e 2 PSD - Presidente da Junta de Freguesia de Salir e Presidente da União de Freguesias**



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Querença/Tôr/Benafim e 1 BE (deputado Carlos Martins), 8 abstenções (7 PSD, deputados- Seruca Emídio, Mário Botelho, Maria José Vasques, Sêrgia Medeiros, Ricardo Lampreia, João Guerreiro, Bárbara Correia e 1 CDS, deputado António Farrajota) -----  
-----

Passou-se à alínea seguinte;-----  
-----

d)- **Proposta 27/2019- Deliberação relativa à Proposta de Revogação do Plano Pormenor de Loulé Sul (PPLS) e submeter à Aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 90.º, por remissão do n.º 3 do artigo 127.º, ambos do RJIGT; [Proposta da Câmara Municipal n.º 652-2019]; (plataforma smartgov.cm-loule.pt);**-----  
-----

Foi mencionado pelo senhor **Presidente da Assembleia**, que esta proposta foi objeto de análise na Comissão Especializada de Ordenamento do Território e foi objeto de um relatório, subscrito pelo relator, que é o senhor deputado Mário Botelho, na qualidade de membro da mesma Comissão.-----  
-----

Para fazer as considerações finais sobre esta matéria, o senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, fez uma breve exposição ao nível do enquadramento legal e processual e a análise do mesmo. Neste sentido, o que se prevê nesta proposta camarária é de revogar o Plano de Pormenor Loulé Sul, desde a zona do Estádio Municipal até à saída de Loulé. A proposta da Câmara foi acompanhada pelos documentos, do programa de execução e financiamento e do Plano de Pormenor Loulé Sul em vigor, em que foi feita uma audição da Câmara Municipal de Loulé, na qual foram esclarecidas algumas dúvidas suscitadas nesta exposição. O enquadramento legal e processual estão previstos no regime jurídico dos instrumentos de gestão territoriais, nomeadamente no artigo n.º 1-127.-----

Desde 2006 que o PPLS estava implementado, não se concretizaram os programas que estavam definidos e executados para este Plano. A Estratégia camarária para aquela área, se prevê beneficiar a área em função daquela que neste momento se pratica, pois ela não está urbanizável e está desabitada e neste sentido pareceu ser ponderável, que neste momento o que está lá, não será muito melhor do que aquilo que será trazido para aquele local, se pretende estabelecer lá, um Projeto ABC- Algarve Biomedical Center, que visa geral emprego para aquela área e visa também trazer de alguma forma, trabalhadores qualificados.— Neste momento não existe nenhum problema, que esta Comissão se possa manifestar sobre tal.-----  
-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

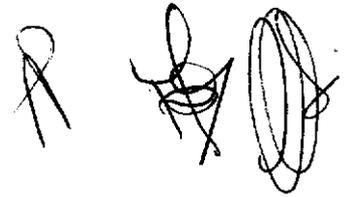
O senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, sobre este tema, salientou que teve a oportunidade de estar presente em 2 momentos na apresentação do projeto um na Cerimónia Comemorativa do 10º Aniversário do Mestrado em Medicina na Universidade do Algarve e outro na Sessão Comemorativa do Dia do Município em Loulé. O Projeto ABC, tem o apoio do Grupo Municipal do BE, visto tratar-se de um projeto inovador, na área das ciências médicas a desenvolver em 2 polos, sendo um em Loulé e outro em Quarteira e que representa um investimento camarário na ordem dos 16 milhões de euros, que será complementado com um financiamento de fundos europeus, que levará à criação de mais 150 postos de trabalho, altamente referenciados em Loulé, com benefício direto e indireto para a população.-----

Na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Loulé, órgão deliberativo e fiscalizador da atividade municipal, solicitou em 22.05.2018, um pedido de informação ao senhor Presidente da Câmara, solicitando um envio da cópia do referido documento para a Assembleia Municipal, resposta essa que até hoje não chegou aos serviços da Câmara Municipal.-----

Referiu ainda que o Plano de Pormenor Loulé Sul, os trabalhos de elaboração do plano, tiveram início no mandato do Presidente Joaquim Vairinhos (1990-1999), continuados pelo Presidente Vítor Aleixo (1999-2002), tendo sido aprovado por unanimidade em 03.05.2005, pela Assembleia Municipal, no início do 1º mandato de gestão do Presidente Seruca Emídio (2002-2013), encontrando-se em vigor, mediante Resolução do Conselho de Ministros n.º 123, publicado em Diário da República em 27.09.2006. Em 29 de Fevereiro de 2018, a Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade a retificação do Regulamento, devido a diversos erros detetados no texto inicial. O Plano visava a reestruturação urbanística do edificado, a qualificação e valorização do espaço público existente e o tratamento de aspetos ligados à situação rodoviária. Segundo o plano de execução e o plano de financiamento, competia ao município, financiar e executar as infraestruturas gerais previstas. O município adjudicou em 2008, na gestão do PSD, a elaboração dos respetivos projetos. Disse igualmente que só hoje tinha tido conhecimento do contrato do valor da adjudicação. Desconhece a sua evolução e as causas que motivaram o não início das obras.-----

Salientou que este Plano, estavam previstos alguns equipamentos coletivos, nomeadamente ATL, equipamento Cultural, Centro de Dia, Salão Polivalente e a sede da Junta de Freguesia de S.Clemente, para além de 512 fogos de habitação, apesar destas carências não teve evolução, contribuindo para um agravamento da situação dos equipamentos para a infância e idosos.-----

Questionou o Executivo, onde irá colocar estes equipamentos, assim como o melhoramento das vias de comunicação, com a ligação da rotunda da Fonte da Pipa à Avª José da Costa Mealha, a via circundante do Estádio, entretanto



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

executada, com cedência de terreno pelo proprietário, de uma unidade ali perto e o aumento do número de lugares de estacionamento. A segunda questão, é se a Câmara vai desperdiçar o trabalho constante do projeto de infraestruturas e onde coloca a via de ligação ao futuro ABC. O município é proprietário de 2 parcelas, unidade 21 e 22, num total de 7680 m e igualmente soube hoje, que haveria mais uma parcela de terreno, a unidade 44, com cerca de 3600 m.-----

Portanto não era por falta de terreno camarário que não se podia fazer a obra para aquela zona. Por outro lado a ausência de iniciativa coletiva por parte dos proprietários envolvidos, aos quais a Câmara não os soube envolver no processo associado ao desinteresse dos diversos responsáveis camarários, o Plano não passou das intenções. Passados quase 13 anos, o Plano de Pormenor Loulé Sul, não evoluiu por manifesto desinteresse do município, exercido pelos seus representantes legítimos, 3 mandatos de Seruca Emídio (PSD) e mais 6 de Vítor Aleixo (PS), 3 mandatos e mais 6 anos de Vítor Aleixo, que não souberam dar o "pontapé de saída", nem avançar com as obras de infraestruturas que eram da responsabilidade do município. As carências existentes em termos de habitação e equipamentos coletivos, agravaram-se, os conflitos de trânsito existentes na entrada de Loulé são diários e evidentes e na realidade o objetivo deste plano, era resolver parte desta situação e contribuir para a construção de equipamentos coletivos, que tanta falta fazem à comunidade.-----

Em resumo, gastaram-se milhares de euros do erário público, com projetos sem qualquer utilidade, e perda de tempo, ocupado em muitas horas de trabalho, sem apuramento de responsabilidades e tudo isto para nada, tudo isto vai para o lixo.- Aquilo que era importante para o município em 2000, projetado para aquela área, continua atual e necessário, apresentando-se agora já desatualizado face ao tempo decorrido. Estranha que durante o 1º mandato do PS, 2013-2017, não tenham decretado o fim do Plano, nem sequer tenha aproveitado aquilo que ele contém, como seja a possibilidade de abertura de uma via para desviar o trânsito da cidade. Em termos legais e processuais a proposta está bem elaborada, discorda-se é da opção política que motivou a revogação do plano em vigor, e esconda tudo aquilo que justifica a sua manutenção; alargamento da zona urbana da cidade mais para sul, resolver problemas de falta de equipamentos coletivos, habitação e vias de comunicações, contribuindo para a resolução de problemas ambientais, económicos e sociais e culturais existentes na cidade.-----

Citando os programas e os planos territoriais, nomeadamente o n.º 1-127, o que diz que "os programas e os planos territoriais, podem ser objeto de revogação, sempre que a avaliação das condições ambientais, económicas, sociais e culturais assim o determinem.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Na proposta o Executivo justifica que o Plano está ultrapassado, não correspondendo às novas estratégias do Executivo, não entendendo porque é que os interesses do Executivo não é o mesmo do município e dos cidadãos.-----

Ao ser tomada a opção de revogação do Plano, nos termos constantes da proposta em alternativa pretende localizar na área envolvente do Estádio, um equipamento estruturante, a desenvolver no Projeto ABC, no domínio da competitividade e inovação, na vertente das ciências médicas, e que irá criar emprego qualificado.--

A proposta não apresenta onde será localizado o futuro Complexo ABC, nem explica qual o instrumento de planeamento que vai utilizar em substituição do atual Plano Loulé Sul. O BE está solidário, e que o Executivo poderia ter optado por uma simples revisão do Plano em vigor, como tem feito periodicamente com o Plano de Vilamoura, aproveitando a sua rede viária, etc.-----

O Executivo deveria ter optado pela inclusão do Projeto ABC, na Unidade de Execução - Eixo a Norte/Nascente de Loulé e Urbanização Adjacente, na cidade de Loulé.-----

-----  
Usou da palavra o senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, que teceu algumas considerações sobre o conjunto de instrumentos de planeamento, que de facto têm gerado muito poucas soluções. Assiste-se a um fracasso deste tipo de instrumentos, enquanto forma de promover a construção e o desenvolvimento de espaços urbanos. Recordou o esboço das linhas deste Plano de Pormenor na altura pelo Arq.º Massapina na década de 90, por altura do 3º mandato do Presidente Joaquim Vairinhos, e a seguir esse Plano acabou por ser aprovado, já em 2005, no 2º mandato do Presidente Seruca Emídio, e o que é verdade é que deste Plano em 2019, nada temos rigorosamente nada concretizado, mas o que está por ver é se esse era o desenvolvimento que serviria a cidade, o concelho ou até mesmo os proprietários. Este Plano de Pormenor, tal como outros que existem no concelho, e até no país, não foram um instrumento feliz de promoção do desenvolvimento, na esmagadora maioria por responsabilidades partilhadas entre os agentes privados e os agentes públicos.-----

Existe um conjunto de equipamentos públicos e sociais, que estavam perspetivados neste Plano, que foram pensados para a cidade e que faltam equipamentos desses na cidade, mas que não foram concretizados e que é necessário encontrar meios para os concretizar.-----

A proposta apresentada pelo senhor deputado Carlos Martins, não terá possibilidade de se concretizar agora, que era incluir esses equipamentos na Unidade de Execução proposta, mas o que é verdade é que esses equipamentos fazem falta e que é preciso encontrar novos instrumentos, e muito provavelmente serão as Unidades de Execução.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Deixou uma ultima nota de uma frase da proposta do senhor Deputado Carlos Martins, que demonstra a realidade "...o Plano não passou das intenções e boa parte dessas intenções eram do final da década de 90".-----

Em seguida o senhor Presidente da Assembleia, suspendeu a discussão desta matéria, devido ao adiantado da hora, transitará para a continuação desta sessão.-----

Foi aberto o 2º Período de Intervenção do Público;-----

Interveio o cidadão João Silvestre, que disse que gostaria que a senhora Vereadora Heloísa Madeira, explicasse aos presentes, que esta Unidade de Execução, foi publicada e não vai ser alterada. A delimitação da Unidade de Execução, vai ser o que é e ponto final! É apenas uma questão de tempo até acontecer. Ninguém foi ouvido na formalização desta proposta, o que a Lei diz, é que os proprietários têm que ser ouvidos para a formalização de uma proposta, e neste caso foi apresentada uma proposta, em que os proprietários não foram chamados a participar.-----

Usou também da palavra o cidadão José Neves, que começou por agradecer ao senhor Presidente da Câmara Municipal, a promessa que fez de que não haverá expansão e crescimento da pedreira Fernando Verdasca.-----

Lembrou ainda que neste momento o seu terreno não tem qualquer valor, sendo as suas perdas totais e que a expansão desta empresa, foi feita ilegalmente.-----

Referiu ainda que existia capacidade para funcionar com 6 camiões betoneira e se existe a possibilidade de conter a expansão desta estrutura, já que lá foram colocados 13 camiões. Lembrou que a sua vida está suspensa, uma vez que se não houver atividade económica, pelo menos pode respirar.-----

Questionou ainda, até que ponto é que este município tem capacidade ou possibilidade legal de controlar a expansão do empresário, já que ela foi feita de forma ilegal.-----

Lembrou que respira "pó de cimento" que é totalmente nocivo à saúde humana, o que contrasta com o argumento do proprietário da empresa, que diz que não causa qualquer dano, mas que todos sabem dos malefícios de respirar abruptamente em quantidades industriais de "pó de cimento".-----

Disse estar disponível para conter na área próxima da sua casa, apresentando um projeto a este município, no sentido de ter um logradouro que lhe permita sair da porta para fora, ter uma "barreira de poeiras", para quando saia à rua, respirar um pouco de ar puro.-----



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Para alguns esclarecimentos adicionais, no âmbito dos assuntos aqui referidos, interveio a senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, lembrou que a Câmara está em fase de auscultação dos proprietários na Proposta de Delimitação da Unidade de Execução, está-se na fase de ouvir o que os proprietários têm a dizer. A Câmara tomou a decisão de delimitar uma Unidade de Execução, com os objetivos que estão muito bem definidos; criar uma zona urbana, uma nova frente urbana.-- A participação dos proprietários, ocorre agora e este é o momento em que deve acontecer.-----

A delimitação da Unidade de Execução, não está aprovada, isso será na fase seguinte, agora há uma proposta, que está a ser objeto de ponderação com todos os proprietários e todos os munícipes.-----

Foi dado um esclarecimento adicional pelo senhor **Presidente da Assembleia**, no sentido, que independentemente das considerações que são feitas, existem muitas dúvidas sobre o assunto e sugeriu que haja a possibilidade da Câmara ter reuniões de discussão pública sobre esta matéria e que pondere a extensão do período de Discussão Pública. A Lei refere que são no mínimo 20 dias, mas se for além desse prazo, devido à complexidade desta matéria, não parece haver prejuízo para o desenvolvimento do concelho e a coesão e adesão das pessoas aos vários instrumentos de planeamento do território.-----

Para terminar, o senhor **Presidente da Câmara Municipal**, em relação ao cidadão José Neves, clarificou que no que disser respeito ao processo, se surgir na Câmara algum projeto de ampliação das instalações da pedreira, tudo aquilo que tenha que ser licenciado na Câmara, reafirmou que não será aprovado!----- Agora, se com aquilo que lá está instalado, conseguirem o aumento da produção, aí provavelmente não terá instrumentos para travar ou impedir isso, mas mesmo assim estará disposto a ver se isso é possível, mas isso é outro lado desta questão.-----

Se alguma coisa for possível fazer em relação a criação do logradouro, a Câmara está disposta no sentido de arranjar uma solução.-----

Finalizadas as intervenções por parte do público, informou o senhor **Presidente da Assembleia**, que a próxima sessão ordinária, será no próximo dia 25 de Junho e nessa reunião serão tratados os assuntos que constam da convocatória da mesma, mais as 6 propostas das Não-Aceitação da Transferência de Competências, bem como outra sessão com a continuação dos assuntos desta sessão.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Não havendo mais intervenções e concluída a Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia, deu por terminada esta Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.-----

-----  
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

*Adm P. 20*

A 1ª SECRETÁRIA

*[Handwritten signature]*

A 2ª SECRETÁRIA

*[Handwritten signature]*

